



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção.

### A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS EM MOMENTOS DE CRISE

Lanna Jackelyne de Alencar Arrais<sup>1</sup>  
Rosemeire dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta a partir da reflexão teórica, cujo a construção deste destaca-se a reflexão teórica do processo sócio histórico da política de assistência social, que embora seja um direito constitucional, sua institucionalização e efetivação como direito social tem entraves históricos e atuais e em momentos de crises, cujo direitos e benefícios que a compõe, expõe-se á constantes ameaças.

**Palavras chaves:** Processo histórico, Assistência Social, Desafios atuais.

**Abstract:** The article based on theoretical reflection, whose construction highlights the theoretical reflection of the socio-historical process of social assistance policy, which although it is a constitutional right, its institutionalization, effectiveness as a social right has historical and current obstacles, and in times of crises, whose rights and benefits make it up, exposes itself to constant threats.

**Keywords:** Historical process, Social Assistance, Current challenges.

#### Introdução

As políticas sociais surgem segundo Alves (2009, p.26), a partir do “agravamento da questão social” e do “desenvolvimento da consciência de classe” na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, e é nesse movimento da tomada de consciência que se fortalecem os movimentos sociais e a luta por interesses coletivos.

Os anos de 1930 a 1943, são considerados anos de introdução da política social no Brasil, a partir de um esforço regulatório do Estado que colocou como medidas em relação ao trabalho a cobertura de riscos a partir da lógica dos países desenvolvidos com a perspectiva de regulação de acidentes de trabalho visando garantir aposentadorias e pensões.

Em 1937, no Brasil, ocorreu um processo de modernização conservadora, sob a lógica da ditadura do Estado Novo, movimento tenentista de investida da chamada Intentona Comunista de 1935, que operou a intervenção na “ditadura varguista” movimento esse que não foi operacionalizado de forma democrática no Brasil, no qual optou-se por impulsionar as oligarquias agrárias e a indústria, deixando pendentes as requisições dos trabalhadores e

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: lannajackelyne\_18@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: lannajackelyne\_18@hotmail.com.

o enfrentamento da questão social, ainda entendida nesse período como caso de polícia. Concomitante a isso, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, na configuração de manter a atenção aos pobres sem o compromisso político efetivo.

No governo de Getúlio Vargas, a assistência social aparece como política sob um “caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p.107), evidenciando seu viés assistencialista vinculado à igreja, em que:

“[...] a política social brasileira desse período, não obstante encapada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes como uma espécie de *zona cinzenta*, onde se operavam barganhas populistas entre Estado e parcelas da sociedade” (PEREIRA, 2008, p.130).

A criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, na intenção de atender “às famílias dos pracinhas envolvidos na segunda guerra” Behring e Boschetti, (2011, p.107), inicialmente, sob a coordenação da primeira-dama Sra. Darci Vargas, iniciando a tradição do primeiro-damismo nos governos, nas formas de *tutela*, *favor* e *clientelismo*.

Após a guerra, a LBA se fortaleceu ainda mais, sempre ligada às instituições conveniadas, mantendo seu caráter *assistencialista*, *seletivo* e de *primeiro-damismo*. Frente ao cenário apresentado é possível afirmar que o ano de 1937 foi marcado pela introdução das políticas sociais brasileiras, e até 1964 essas políticas possuíam um caráter seletivo e fragmentado.

O Brasil, em 1945, foi marcado por intensas lutas políticas, econômicas e sociais, e após 15 anos no poder, Vargas foi deposto, em um momento que o país estava em uma crescente urbanização, industrialização, bem como de reivindicações populares. O governo de Dutra (1945-1951) se estabelece e é promulgada uma constituição em 1946 que traduz ideais liberais, ao passo que se criou uma primeira iniciativa em prol do social com o Plano SALTE, que sofreu esvaziamento posteriormente.

Nesse contexto, Vargas volta ao governo (1951-1954), por meio de eleições diretas. Deste governo podemos apontar a intervenção do Estado na economia e na sociedade com ênfase para criação das estatais. Segundo Mestriner (2008, p. 122), “Durante todo seu segundo governo, grande parte dos discursos de Vargas refere-se às dificuldades e problemas enfrentados pelos trabalhadores e pelo povo em geral” produzindo um fetiche em seu discurso como forma de aprovação popular, em tempos de frequentes pressões populares, ganhado o carisma da população.

As autoras Behring e Boschetti (2011, p. 110) analisam que as políticas sociais foram lentas e seletivas em tempos posteriores no Brasil, sob um contexto de instabilidade nas décadas de governança de Kubitschek (1956-1961), com a implementação do plano de

metas no qual prometia fazer o país crescer na concepção de 50 anos em 5, processo descrito como “salto para diante da economia capitalista brasileira” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110), com esse fator a luta da classe trabalhadora cresceu, as ligas camponesas se organizaram requerendo uma reforma agrária, surgiram movimentos urbanos, reivindicando ampliação do ensino superior. Observa-se que a população, diante da ênfase do investimento voltado para o desenvolvimento da economia, adquire “consciência” de classe no âmbito coletivo, e se acirram as manifestações sociais em busca de direitos políticos e sociais.

Na década de 1960, nos governos, de Jânio Quadros (1961) que renunciou após sete meses, e de seu vice João Goulart (1961-1964) que assumiu e herdou a estagnação econômica em função do endividamento externo e da inflação, que somou-se as mobilizações das massas, entretanto foi nessa gestão de governo que criou-se o estatuto do trabalhador, o 13º salário que abrangia somente aqueles *trabalhadores de vínculo formal de trabalho*, Pereira (2008, p.134) esclarece, que este foi o “governo [que] apresentou uma proposta mais progressista de política social” diante do quadro que se estabeleceu.

Evidencia-se no período de 1946-1964, uma forte disputa de projetos, nos quais a burguesia nesse momento se fragmenta em contraposição à intensificação da luta de classes. O cenário político e econômico sofre modificações quando ocorrer o golpe em 1964, que resultou no período mais conhecido como “ditadura militar”, que tinha o objetivo de um projeto nacional desenvolvimentista, associado ao capital estrangeiro, que transcorreu durante 20 anos, apresentou-se um momento de modernização conservadora, denotando ao que Pereira (2008 p. 135) traduziu como “uma nítida modificação no conteúdo do Estado, o qual deixa de ser uma organização eminentemente populista para tornar-se tecnocrática e centralizada”.

A instabilidade institucional do período – da qual o suicídio de Vargas (1954) e a renúncia de Jânio Quadros (1961) e o próprio golpe militar de 1964 que depôs João Goulart são exemplos paradigmáticos – dificultou consensos em torno de um projeto nacional, em que se incluía o desenho da política social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110).

O enfrentamento da questão social na ditadura militar caracterizava as políticas sociais com o “pano de fundo” por um “mix de *repressão e assistência*”. Nesse período, os governos militares privilegiavam a eficiência econômica em defesa do capitalismo.

Somente uma grande e expressiva campanha popular com a petição das “Diretas Já” foi capaz de promover um período de transição para democracia liberal, nesse cenário, assume o vice Sarney (1985-1989) depois da morte do então eleito Tancredo Neves, por meio do voto direto. Essa gestão colocou em pauta os mínimos sociais, conformados como componentes do Sistema de Seguridade Social.

O lema da administração de Sarney, como aponta Pereira (2008) pautava-se pelo jargão “Tudo pelo social”, perspectiva adotada na intenção de reconhecimento da dívida social, nos quais se estabeleceu documentos que conformassem programas com prioridades sociais, das quais foram acatados e incorporados à Constituição de 1988.

As iniciativas do governo de Sarney se constituíram na criação do Plano Cruzado, em que o objetivo era o controle da inflação, contudo esse plano teve efetividade positiva por pouco tempo, para tanto foi instituído o seguro desemprego.

A década de 1980, foi considerada um período de retomada dos movimentos sociais relevantes sob a ordem democrática, que conduziram o debate para a construção da Constituição Federal de 1988. Nessa década acontece uma crise em função do endividamento externo, ocasionando um grande impacto social de empobrecimento no país, aumentando por consequência as expressões latentes da questão social, no mais evidenciar, a exposição da desigualdade existente.

Para a ótica econômica configurou-se uma década perdida, contudo sob a ótica política e social, se configurou como a ‘década de redemocratização’ na qual Pereira (2008) destaca que “graças à mobilização da sociedade, as políticas sociais tornam-se centrais” chegando a consagração do seu apogeu mais significativo, a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidando valores e conceitos que se constituíram como novo padrão de política social para o país, causando polêmica entre os mais conservadores, que não aceitavam maior responsabilidade ser direcionada ao Estado ao mesmo que a conformação de mínimos sociais como direito de todos, inclusive dos pobres.

A Constituição Federal de 1988 promoveu melhorias significativas na vida e condição do cidadão brasileiro. Introduziu no âmbito da segurança social, a Seguridade Social, que comporta três políticas: a Política de Saúde, universal; a Política Previdência Social de caráter contributivo direito de todos os trabalhadores; e a Política de Assistência Social, de caráter redistributivo, se consagraram direitos capazes de romper com a lógica governamental do “favor” e da “benemerência” *tradicionalmente exercido* por meio de práticas de assistência aos pobres, diluindo com a concepção de prática assistencialista assumida no governo de Vargas, bem como em outros governos que historicamente atuaram dessa forma.

Mas todos esses progressos constitucionais não frutificaram na prática, sendo, ao contrário alvos de uma “contra-reforma conservadora” (Fagnani, 1996:86) iniciada em 1987, ainda no governo Sarney, e reforçada, a partir de 1990, nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2000) (PEREIRA, 2008, p.156).

No que condiz aos direitos sociais, na década de 90, o primeiro presidente eleito sob o discurso de “caça aos marajás” e “amigo dos pobres”, logo após sua posse toma outra perspectiva de discurso e ação, segundo Couto (2008, p.145) pode-se afirmar que o período

do governo presidencial de Collor (1990 – 1992) o revelou o mais adepto aos conceitos neoliberais, que os de concepção social democráticos, realizando intervenções na economia e tratando de forma clientelista, assistencialista e populista, os programas sociais.

O governo de Fernando Collor de Melo sofreu o primeiro processo de *impeachment* inscrito na história brasileira, em função de denúncias de corrupção. Itamar Franco assumiu, na condição de vice-presidente, e deste governo podemos apontar como ponto importante a ser ressaltado, em função dos direitos sociais, o *veto* ao projeto de criação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nº8.742/93. A entender que em governos liberais sempre, a proteção social, será vista como um gasto.

Entretanto houve um forte investimento na política econômica, a exemplo, a mudança da moeda, de cruzado para Real, que ocasionou certo controle da inflação, projeto idealizado pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, fato que impulsionou sua candidatura presidencial.

Eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso (1995-1999), ao pleitear a eleição com Lula, em seu governo “[...] priorizou o controle da inflação e a manutenção da estabilidade da moeda e encaminhou, como plataforma política a necessidade reformar o Estado” (COUTO, 2006, p. 148) em seu governo “[...] optou por utilizar o recurso de Medida Provisória” seu trabalho se direcionou em “[...] aprovar inúmeras mudanças no texto constitucional para garantir as condições de implementação do seu plano econômico” (Ibidem).

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) é eleito presidente do Brasil, “[...] inaugurando um novo ciclo na política social brasileira” (FREITAS, 2007, p.66) colocando em destaque sua origem simples, sua trajetória sindical na luta contra a ditadura militar e as injustiças sociais, tendo o “[...] apoio entusiasta dos movimentos sociais, e de parte da classe média e de setores do empresariado” (ibidem) por ser um candidato que ganhou o carisma do povo, por questões de afinidade mediante sua origem simples.

No primeiro ano do governo Lula foram implementadas ações no intuito de evitar o caos econômico, conhecer a máquina governamental e, avançar o máximo possível na agenda de reformas e, sobretudo manter o índice de aprovação popular num patamar alto (1994-2002) (FREITAS, 2007, p.66).

Segundo Freitas (2007), o governo de Lula foi eficiente em aprovar duas reformas estruturais, a da Previdência e a Tributária, bem como a lei de falência e o Projeto de Parcerias Público-Privado (PPP), o leilão de áreas de petróleo dentre outras iniciativas que resumem esse governo, nas palavras da autora, como o governo que sua gestão “[...] contribui[u] para que o PT, como partido de esquerda, se transformasse num partido neoliberal ou no partido do Lula e defendeu a tese de que não há alternativa à política

econômica neoliberal” (Ibdem, 2007, p.67) seguindo esta linha de reflexão (LEBAUSPIN, 2006 *apud*, FREITAS; 2007, p.67) esclarece que “[...] o governo Lula seria o governo que tendo aplicado a mesma política econômica neoliberal que FHC, porém com mais competência, deu certo” permanecendo no poder executivo do nosso país.

Miguel (2016) define que “[...]a democracia incomoda as classes dominantes” (MIGUEL, 2016, p.32) e acrescenta, que nos mandatos do governo petista a atitude foi a de fechar os olhos frente as forças dominantes/os “[...] grupos poderosos” (ibdem), mesmo sob contexto de ter sido eleito pela democracia eleitoral com a maioria dos votos nas urnas. O que nos conduz a percepção frente à correlação de forças sempre presente, evidenciando um declínio ao neoliberalismo na condução das políticas.

Em contrapartida, com relação a forma como se geriram as políticas públicas, em particular a social, neste governo, Freitas 2007, p.67 *apud* Lebauspin (2006) as reconhece por serem “compensatórias” em loco com a sua função efetiva na população pobre, partindo do mote, para ‘evitar que morram de fome’. Foi neste governo, tendencioso ao neoliberalismo que se realizou grande avanço na esfera da assistência pública.

O programa de transferência de renda, Bolsa Família (PBF) criado no governo Lula foi segundo Freitas (2007, p.71) resultado da unificação dos programas de transferência de renda antes criados no governo FHC, no qual foi um instrumento para acompanhar e avaliar as políticas públicas, o cadastro único, como pré-requisito fundamental para acesso aos benefícios e serviços ofertados por meio das políticas públicas no âmbito da assistência social, para Santos (2016, p.5) uma providência importante do primeiro governo de Lula, “[...] implantando um único programa com condicionalidades para inserção e manutenção da família”. A única coisa que se manteve irrestritamente foram as *condicionalidades*, essas são a corja do sistema de proteção, nesses contextos.

Durante o governo em questão, publicou-se a Norma Operacional Básica, que estabeleceu bases para implantação do Sistema único de Assistência Social - SUAS como instrumento de regulação da política pública de assistência social a nível nacional, reconhecendo a hierarquia, territórios, responsabilidades dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social, de caráter permanente ou eventual, promovidos pelo setor público.

[...]os equívocos do governo Lula começaram pela rejeição da participação popular e pela frustração das promessas eleitorais, dando continuidade a e até mesmo gerando a necessidade de alianças parlamentares amplas, as quais se constituem em obstáculos à geração de esperanças com relação ao seu governo (FREITAS, 2007, p.71).

Pois para a hegemonia da classe dominante o projeto realmente necessário consiste no estabelecimento dos velhos e conhecidos moldes de produção e acumulação

capitalistas, que “consiste em restaurar a acumulação capitalista aprofundando a espoliação social por meio do esvaziamento dos direitos dos trabalhadores” (BRAGA, 2016, p.57).

Em continuidade ao governo de Lula, Dilma Rousseff (2011- 2016) foi eleita a primeira presidente mulher no Brasil, por meio de eleições democráticas, no entanto, seu mandato consecutivo foi interrompido, pelo que o autor Gomes (2016, p.39) aponta como uma regra política brasileira “o golpe e o autoritarismo”, bem como faz um resgate histórico no qual aponta uma análise considerada assombrosa, a de que “[...] somente três presidentes democraticamente eleitos (Juscelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Lula) terminaram seus mandatos [...]” (Ibdem), após eleições democráticas, nos períodos de pós ditadura militar, os outros mandatos foram interrompidos por tal regra. Gomes (2016; p. 39), acrescenta que os governos conseguiram terminar seus mandatos, o fizeram, por conseguirem estabelecer uma boa relação com o povo e com os seus governadores, e destaca que isto não significa que não tenham sofrido tentativas de golpe.

Para tanto (BRAGA, 2016, p.55) “[...] no mundo do trabalho, o colapso do armistício entre as classes subalternas e dominantes geralmente vem sob a forma de uma onda grevista” nisto compreendemos que os movimentos sociais são fundamentais para gerar pressão nos governos, para e pela efetivação de direitos comuns à coletividade, segundo Braga (2016, p.56) os movimentos sociais em 2013 a partir de dados da SAG-Dieese comprovam que o movimento sindical readquiriu um protagonismo político.

O modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado na criação de empregos precários e na desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho já não é capaz de garantir nem os lucros nem o consentimento dos subalternos (BRAGA, 2016, p.59).

Maia (2016, p. 57) *apud* Viana (2016) denomina o governo Lula e Dilma, como o estabelecimento de um neoliberalismo neopopulista, a partir das contribuições de Viana aponta-se que numa sequência de governos neoliberais, como os de Collor e FHC (anteriores), o governo petista assume “outras formas” (ibdem).

Pode-se considerar a partir dessa abordagem que esses governos souberam manusear o jogo da correlação de forças em meio a democracia, atendendo aos interesses na medida que lhes favorecessem, é o que, no entendimento popular traduz-se em posicionar-se em cima do muro, ou mesmo como o ditado popular bem descreve: “entregar os anéis para não perder os dedos”, sustentando assim negociações com as partes, mantendo sua respectiva estabilidade no poder.

Para Gomes (2016, p. 39) o golpe ao governo Dilma foi orquestrado devido à falta dessa interlocução, bem como e fundamentalmente, ao efetivo interesse pelos recursos brasileiros, para negociações extraoficiais com fins de esconder os políticos corrompidos e

adquirir controle sobre a soberania nacional, para negociar de forma mais eficiente as riquezas brasileiras com o capital estrangeiro.

[...] as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista (BRAGA, 2016, p.60).

Michel Temer, vice-presidente, assume a presidência em 2016, após *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, segundo Cleto (2016, p. 44) com uma postura pacificadora e apolítica, usando de sua rejeição para colocar em prática medidas de austeridade que não seriam aprovadas nas urnas, a partir de então “a política passou a ser instrumentalizada pela “moral” posta como um “paradigma do contemporâneo” (Ibdem), ele acrescenta à sua crítica a votação realizada pelos deputados ao *impeachment* de Dilma, no qual grande parte do legislativo ali presente votou, não pelo povo que os elegera, ou por aqueles que elegeram Dilma à presidência, democraticamente, mas por interesses próprios e de suas famílias, deixando evidente em seus discursos desnecessários, gerando grande repercussão por causa da projeção em mídia, a nível nacional e internacional, chegando a virar “meme” nas redes sociais via internet, acontecimento vexatório que caracteriza-se como golpe, pois ali se fizeram representar interesses pessoais, não coletivos.

Orquestrado ao golpe ocorre em tempo recorde a votação e a aprovação da PEC 55 ou 241, conhecida como PEC do teto dos gastos estatais, tendo também como discussão no congresso a reforma da previdência social, a medida provisória de reforma do ensino médio, reforma trabalhista, PLP 257, a lei de terceirizações, o projeto de lei escola sem partido, dentre outros.

Para Maia (2016, p. 53), “a análise de todos estes projetos nos permite identificar o que o bloco dominante está a estruturar em termos de estratégias políticas, desde as relações de trabalho até o projeto de concepção estatal”, no qual se pode refletir que o texto da lei se torne um resultado de disputas, contudo, percebe mais eficácia na reprodução do discurso hegemônico, mediante a correlação de forças posta, ao se refletir o cenário sob o qual tudo se gesta.

Consonante a todo esse espetáculo de retrocessos aos direitos sociais, duramente conquistados pela classe trabalhadora e estabelecidos na forma da lei, o governo federal após o *impeachment* da presidenta eleita, o ocupante do cargo apresenta um programa de cunho social, “de forma indigerível” (SPOSATI, 2017, p. 536 ) o Programa Criança Feliz, que assenta no cenário da assistência social “a figura dirigente da mulher primeira-dama [Marcela Temer]” (Ibdem) afirmando a volta do primeiro-damismo, por meio do decreto presidencial n. 8.869/16, caracterizando um trabalho a ser concebido por visitantes que orientarão semanalmente as famílias (no fino entender, as mulheres de

baixa renda) a cuidarem de seus filhos, ignorando o conceito de famílias extensas, bem como as diferentes dinâmicas familiares, colocando a mulher, nacionalmente, restrita ao cuidado do lar e da família, sob uma ideação patriarcal, para que o agente do Estado faça “o exercício de vigilância sobre as famílias, as mães e as mulheres” (SPOSATI, 2017, p. 536) uma clara e sutil forma de controle social pelo Estado e/ou mesmo “[...] a semente da felicidade por decreto” (Ibdem, p.542) caracterizando a mais pura e latente volta do que foi superado ou do que se tenta superar no seio da profissão, em termos, o *favor* e a *filantropia* na política de Assistência Social pública.

Sobre a ascensão de Temer ao poder, estudiosos identificam-na como um neoliberalismo discricionário. O caráter neoliberal desse governo que tenta justificar suas propostas de reforma por meio de justificativas “[...] de medidas necessárias e inevitáveis” (MAIA, 2016, p.60), que a luz da reflexão, trata-se de interesses de classes e não de reais necessidades, expressando uma tentativa de lidar com o problema fiscal por interesses da burguesia e burocracia estatal.

A PEC 55 ou 241 projeto de Lei de Henrique Meirelles e Dyogo Henrique de Oliveira, encaminhada ao poder legislativo pelo poder executivo, foi aprovada na Câmara dos Deputados dia 25 de outubro de 2016, após um jantar “milionário” oferecido pelo então presidente Michel Temer, no domingo, 09 de outubro de 2016, bem como foi oferecido um jantar aos senadores para “angariar apoio e ter o projeto aprovado” (Ibdem).

Portanto,

De uma tacada só, no plano discursivo, educação e saúde deixam de ser direitos (embora isto não esteja no texto) e passam a ser “gastos públicos” e mais, a maneira como está disposto no texto constitucional, passam a ser também procíclicos, ou seja, fatores determinantes da crise fiscal do estado brasileiro (MAIA, 2016, p.65).

Não só educação e saúde, mas todas as políticas sociais e públicas que estão condensadas aos gastos primários, sofrem com as consequências dessa emenda, aqui se estabelece o Estado mínimo na provisão de direitos sociais, principalmente desprivilegiando a classe trabalhadora, contudo, Estado máximo para a classe capitalista, e garantia do pagamento da dívida pública.

Ao fixar os gastos primários (entre eles saúde, educação, assistência social, etc.) ao valor investido em 2017 e corrigi-lo anualmente tendo por base a variação inflacionária medida por meio do IPCA, está, na verdade, estrangulando os recursos por 20 anos (período de vigência da PEC se aprova) nestas áreas. Se a Constituição Federal de 1988 determina um mínimo para investimento nestas áreas, a PEC 55 estabelece um teto, um máximo. Um máximo determinado a partir dos insuficientes investimentos existentes em 2017 (MAIA, 2016, p.67).

Percebe-se conflitos permanentes de interesses, a atuação e gestão dos governos, seja ela na esfera federal, estadual e principalmente na esfera municipal, na qual um governo pode assim representar, ou não, a sociedade, influenciando diretamente no

processo da efetividade dos direitos sociais, contudo as políticas sociais não podem deixar de existir em razão da negligência ou ineficiência de governos.

Há que se considerar o conflito em função da disputa pelo fundo destinado às políticas públicas e sociais, em particular a da Assistência Social, recursos estes sujeitos a serem desvinculados para pagamento da dívida externa, sob discurso de que “[...] os serviços públicos oneram o contribuinte e favorecem a corrupção com o dinheiro público”. (BATINI; COSTA, 2007, p.33) Podemos aqui compreender com as autoras que “[...] efetivar direitos exige uma distribuição de recursos para atender aos interesses das classes trabalhadoras, exige tributar a riqueza e favorecer o desenvolvimento social” (BATINI; COSTA, 2007, p.36). No entanto, há fortemente um tensionamento promovido pelas classes dominantes que

[...] adota a perspectiva de Estado mínimo para o social e máximo para o capital, tendo esse como pressuposto de desregulamentação da força de trabalho, associada a uma desresponsabilização perante a “questão social” (SITCOVSKY, 2008, p.169).

Toda essa análise coloca em constante reflexão de como é importante e necessário que o entendimento social e político, e tudo que se refere a sociedade nas proposições postas para a intervenção profissional sendo necessárias análises conjunturais, e essas realizadas a partir da reflexão dos acontecimentos e como eles refletem nas políticas públicas que serão destinadas aos usuários.

### **Considerações Finais:**

Ao compreender nesse estudo a Política de Assistência Social enquanto direito, entende-se que a luta para garanti-la é ininterrupta, reforçando a organização e luta de profissionais e cidadãos, comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. E enquanto classe trabalhadora, os enfrentamentos e desafios serão constantes pela busca da materialização e efetivação concreta dos direitos sociais. Exigindo a destinação dos recursos sem desvinculação, garantindo ainda a participação da comunidade enquanto sociedade civil e representação dos interesses dos usuários no controle social, a fim de fiscalizar os recursos para garantia dessas políticas sociais, principalmente a política de assistência social.

Exigir a realização das conferências, principalmente a de âmbito nacional que o atual governo insiste em barrar, para que as pautas de interesse da sociedade e da população usuária sejam discutidas, para assim serem implementadas. Num contexto adverso de retaliações aos direitos sociais, a organização e luta coletiva se faz mais que necessária e urgente, não somente pela manutenção e melhoria da política de assistência

social, pois, num terreno de instabilidade aos direitos, a luta e a resistência devem permanecer para garantir a permanência enquanto direito socialmente estabelecido, que pode ser acessado sob um viés de política pública.

Assim, o compromisso profissional do Serviço Social é o de colaborar com a organização da classe trabalhadora na luta contra a mercantilização das políticas sociais e o consequente sucateamento mediante todo e qualquer retrocesso político no que tange aos direitos já conquistados e estabelecidos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social – História, análise crítica e avaliação**. Curitiba: Juruá, 2009. 318p.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes da. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, Odária (org.) **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba. CIPEC, 2007.

BRAGA, Rui. **O fim do lulismo**. In: Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil/ André Singer...[et. al]; organização Ivana Jinkins, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, p.55-60, 2016.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CLETO, Murilo. **O triunfo da antipolítica**. In: Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil/ André Singer...[et. al]; organização Ivana Jinkins, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. ed. São Paulo :Boitempo, p.43-48, 2016.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. O Governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista katál**. Florianópolis v.10 n 1 p.65-74 jan/jun. 2007.

GOMES, Ciro. **Porque o golpe acontece?** In: Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil/ André Singer...[et. al]; organização Ivana Jinkins, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. ed. São Paulo :Boitempo, p.39-41, 2016.

MAIA, Lucas. **A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil**. Revista Despierta, Ano 03, Núm. 03,2016. p.52-76.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3 ed. – São Paulo, Cortez, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **A democracia na encruzilhada** In: Porque gritamos golpe? : para entender o impeachment e a crise política no Brasil/ André Singer...[et. al]; organização Ivana Jenkins, Kim Doria, Murilo Cleto; [ilustração Laerte Coutinho]. – 1. ed. São Paulo :Boitempo, p.31-37, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Cortez 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social na perspectiva dos direitos** – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996. 142p.

SANTOS, Rosemeire dos. **A Política de Assistência Social no Brasil**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita, DI DIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Sistema Único de Assistência Social**: institucionalidade e práticas. In: SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate / Odária Battini (org.). São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPED, 2007. (Série núcleos de pesquisa; 9) p. 59-100.

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expansão da assistência social no Brasil**. In: O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. Ver. e ampl. São Paulo: Cortez 2008. p.147-179.

SPOSATI, Aldaíza, **Proteção Social de cidadania**: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal/ In: Benefício de Prestação Continuada como Mínimo Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 264p. p.125-178.

\_\_\_\_\_. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p.13-56.

\_\_\_\_\_. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O primeiro ano do sistema único de assistência social**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 87, set. 2006. p. 96-122